

Bancos esperam negociação rápida

por Celso Pinto
de Londres

(Continuação da 1ª página)

seminário, tentava confirmar, por telefone, os rumores de que Sérgio Amaral seria o sucessor de Dauter.

Não é segredo que os bancos faziam restrições a Dauter, "um negociador muito duro, desde os tempos em que negociava com o café", como disse a este jornal o vice-presidente do NMB Bank, Gerrit-Jan Tammes. Ironicamente, contudo, a saída de Dauter está preocupando os bancos a curto prazo. O comitê dos bancos, decididamente, preferiria ter Dauter como negociador do acordo sobre os atrasados junto ao Congresso Nacional e, depois de sua aprovação, na "venda" do acerto junto às centenas de bancos credores.

Os bancos, de todo modo, esperam uma mudança de estilo na negociação da dívida externa daqui para frente. Rhodes comentou que a insistência do Brasil em mudar o sistema existente de negociação de dívida tornou o processo muito difícil para o País. Tammes, por sua vez, lembrou que a equipe anterior "fez muitas coisas corretas na política econômica, mas foi longe demais numa direção de confronto na negociação externa".

Tammes, que já viveu vários anos no Brasil, declara-se, contudo, um otimista em relação ao País. Com uma política econômica correta, supõe, o Brasil pode resolver seu problema da dívida externa sem precisar de perdões de seus credores. Em pouco tempo e via mecanismos de mercado, diz ele, a dívida se tornará relativamente insignificante.

Rhodes, Morse e Tammes falaram no seminário, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Oxford International Institute e a Canning House. Alguns dos temas convergiram e ajudam a compor um painel interessante sobre o que preocupa os bancos credores.

• Crise da dívida — Todos concordam que houve avanços enormes no equacionamento da dívida latino-americana, mas consideram prematuro falar em fim da crise da dívida. Por duas razões: porque não foi resolvido o caso do Brasil e da Argentina e porque ainda existe um enorme volume de atrasados aos bancos (US\$ 27 bilhões no fim do primeiro trimestre deste ano, segundo Rhodes).

Morse acha que no ano 2000 "nós veremos que a crise dos anos 80 acabou e foi menos daninha de que nós supúnhamos". Ele prevê uma volta gradual e cautelosa dos países latino-americanos ao mercado voluntário. Tammes diz ser

prematuro declarar a crise da dívida terminada "quando para economias mais fracas latino-americanas ela continua sendo uma grande preocupação".

• Clube de Paris — Morse e Tammes estão preocupados com o tratamento dado à Polônia e ao Egito no Clube de Paris, onde os credores oficiais perdoaram metade da dívida. Tammes acha que perdoar dívida com critérios políticos e não econômicos, como foi feito com a Polônia, "é perigoso".

Ele é a favor de reduções da dívida via mecanismos de mercado e sugeriu que os bancos credores "devem dar mais apoio ao processo de recompra da dívida (por países devedores) no mercado, facilitando a concessão de 'waivers' (necessários para permitir esta recompra)".

Morse concorda que reduções via mercado são legítimas, mas perdão exagerado pode trazer consequências negativas para países de renda média que queiram voltar ao mercado. Rhodes frisou ser importante que os governos, via Clube de Paris, continuem participando dos pacotes de redução, dividindo a conta do ajuste com os bancos privados, mas não comentou o caso específico da Polônia.

Essa visão do caso polonês como uma exceção teve uma adesão menos esperada no vice-ministro das Finanças do México, Angel Gurria — o decano das negociações da dívida latino-americana. "Não acho que nenhum de nós (países latino-americanos) quer um perdão dessa proporção (dado à Polônia)", disse ele. "Nós somos clientes relutantes do Clube de Paris." Seu argumento é que na América Latina, onde em geral a dívida privada é 70% ou mais do total, não faz tanto sentido tentar reduções drásticas na dívida oficial — enquanto no Leste europeu a proporção é oposta.

O México, disse Gurria, não voltará a renegociar a dívida oficial com o Clube de Paris quando o acordo atual vencer, em 1992. A partir daí, passará a pagar normalmente seus créditos oficiais. "Todos nós queremos normalizar nossas relações com o Clube de Paris", sugeriu Gurria, admitindo que perdões excessivos nesta área podem dificultar o acesso futuro a esses créditos.

• Leste europeu — Tammes e Rhodes acham que a América Latina tem sua cultura capitalista e tem mais condições de atrair capitais do que o Leste europeu — e neste aspecto foram acompanhados por vários outros participantes, como o próprio presidente do BID, Enrique Iglesias. Tammes diz que a América Latina "está quase literalmente décadas à frente do

Leste europeu". Rhodes lembrou que a América Latina conta com um quadro legal, contábil e econômico superior.

• Escassez de capital — Muitos lembraram, além da concorrência do Leste europeu, a reconstrução do Oriente Médio e a redução dos superávits alemão e japonês como possíveis sintomas de escassez de capital e juros mais altos.

Gurria não acredita. Apesar das previsões, disse ele, o México está conseguindo captar cada vez mais dinheiro no mercado, cada vez mais barato. A América Latina, disse ele, conta com uma ajuda extra: a repatriação de capitais locais que fugiram da instabilidade. Gurria diz que o México já repatriou algo entre US\$ 5 bilhões e US\$ 7 bilhões.

Rhodes calcula em US\$ 500 bilhões a necessidade de capitais para privatizações na América Latina, no Leste europeu e no Sudeste asiático nos próximos anos. Mesmo assim, está cautelosamente otimista com a capacidade de os países latino-americanos que ajustaram sua economia voltarem ao mercado voluntário, como o Chile.

• Provisões — Tammes fez uma sugestão interessante: que se pressionem os governos dos países desenvolvidos a rever as necessidades de provisões para perdas em países devedores. À medida que os países melhorem sua situação econômica, os bancos centrais deveriam reduzir as provisões, caso a caso, para não desestimular empréstimos novos pelos bancos.

Sintomaticamente, o ponto de menor discordância em todo o seminário foi em relação ao teor das políticas necessárias na América Latina. Todos, banqueiros e autoridades latino-americanas, concordaram com os princípios de maior abertura externa, menor papel do Estado, ajuste fiscal, maior competitividade.

É expressivo o sucesso econômico alcançado em alguns países. Pedro Tinoco, presidente do banco central da Venezuela, fez um relato impressionante dos avanços na economia, hoje com inflação de 2% ao mês, superávit fiscal de 1,2% do PIB, superávit em conta corrente de US\$ 8 bilhões, reservas de US\$ 12 bilhões e crescimento de 4,4% do PIB em 1990 (6% previstos para este ano).

A Venezuela abriu a economia, acabou com controles cambiais e sobre os juros, reduziu as tarifas, equilibrou as finanças públicas, diversificou exportações, eliminou todos os empecilhos a investimentos externos e remessas de lucros e royalties. Fez isso com consenso político: como lembrou Tinoco, o líder do principal partido de oposição tem aparecido publicamente na Europa e nos Estados Unidos para assegurar que a política de atração de investimentos externos é do país, não do governo, e será preservada, qualquer que seja o resultado eleitoral futuro.

O relato do diretor de política econômica do Ministério das Finanças do Chile, Manuel Marfán, foi igualmente expressivo.

Nos últimos seis meses, a inflação chilena correu a uma taxa anual de 10%, a menor da região, apesar do aumento externo dos preços do petróleo. Aos avanços anteriores da economia somaram-se uma maior garantia de estabilidade política e uma maior ênfase nos investimentos sociais.

O Brasil foi uma exceção, por razões óbvias. O embaixador em Londres, Paulo Tarso Flecha de Lima, representou, na última hora, o ex-presidente do BC, Ibrahim Eris. Ele transmitiu as mensagens do novo ministro da Economia do desejo de inserção internacional da economia brasileira e da busca de apoio e confiança da comunidade internacional.

Foi franco, de todo modo, no relato das dificuldades atuais do País. "Houve um 'gap' entre as metas ambiciosas e os fatos", admitiu. "Há uma insatisfação social e política refletida em várias greves e a oposição obteve ganhos importantes nas eleições estaduais no ano passado." A inflação "gerou frustração e houve atrasos na implementação de algumas políticas".

"As reformas foram feitas mais devagar e com um preço social mais caro do que pensávamos", reconheceu.

Houve, contudo, avanços: a inflação caiu para patamares menores, reduziu-se o tamanho do Estado, liberalizou-se o comércio exterior, houve um duro ajuste fiscal, o câmbio foi liberado. "Há sinais de que a recuperação está a caminho", apostou Flecha de Lima.

Bancos esperam negociação rápida

por Celso Pinto
de Londres

A redação do acordo sobre os atrasados com os bancos credores deverá estar terminada nos próximos dias, talvez até esta segunda-feira. A negociação do principal poderá começar já em junho e os bancos esperam que ela possa ser concluída rapidamente.

A previsão foi feita na sexta-feira, em Londres, por William "Bill" Rhodes, vice-presidente sênior do Citibank e principal responsável pelo comitê de negociação da dívida brasileira. Seu desejo de completar um acordo sobre o estoque da dívida o mais rápido possível é compartilhado por Sir Jeremy Morse, presidente do maior banco credor britânico do Brasil, o Lloyds.

Ambos participaram de um seminário sobre "Recuperação, Investimento e Crescimento na América Latina", onde ministros latino-americanos e banqueiros internacionais acabaram traçando um panorama otimista das perspectivas da região, para uma platéia de mais de cem empresários e banqueiros. Com duas notas discordantes: Brasil e Argentina.

Rhodes foi cuidadoso ao falar a este jornal sobre as mudanças no Brasil. Elogiou o novo ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, como um homem "experiente, um negociador muito ativo, muito respeitado pelos chefes de organismos multilaterais como FMI e Banco Mundial". Advertiu, no entanto, que "o importante é que haja uma equipe econômica e que os ministros trabalhem em conjunto, não uns contra os outros".

Ele acha que este ano "é crucial para o presidente Collor". Sendo o segundo ano de seu governo, argumenta Rhodes, este é o ponto-limite para a formulação de um plano econômico que possa ser implementado nos três anos restantes de seu mandato.

Sir Jeremy Morse vê a situação brasileira com o mesmo senso de urgência, pelo que disse a este jornal. Credor de US\$ 1,8 bilhão do Brasil, Morse esteve, recentemente, duas vezes no País.

Ele acha que a direção geral da política econômica do governo Collor é correta, "mas há uma terrível recessão e a pressão social é muito grande". Por esta razão, ele acha que "a ação

sobre o setor público tem de ser feita bem rapidamente". Ele encontrou o País "cheio de dificuldades e com um desânimo e falta de confiança como jamais havia visto". A mudança da equipe econômica, supõe, deve estar ligada "ao desapontamento com as promessas anteriores que não viraram realidade".

Morse criticou o não pagamento da dívida interna no Brasil, algo que considerava negativo num momento em que é necessário recuperar a capacidade interna de poupança. De todo modo, ele admite que o tamanho do Brasil torna mais complicada a mudança e mantém o otimismo a médio prazo. Na área externa, ele acha que o novo comando econômico "tem uma visão voltada para a área internacional" e diz esperar que seja possível rapidamente começar a negociar o principal da dívida do País. Saudou o recente acordo sobre os atrasados como um expressivo progresso.

Ninguém sabia ontem, com certeza, sobre o destino de Jório Dauster como negociador da dívida. Rhodes, ao final de sua participação no

(Continua na página 17)